

O NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: 2010 a 2018

Chaiane de Medeiros Rosa

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o nível de formação dos professores da educação superior brasileira no período de 2010 a 2018. Para tal foi realizada pesquisa documental, em consulta às sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, e também a dados da pós-graduação, publicados pela GeoCapes, no período de 2010 a 2018. Além disso, para amparar a análise dos dados, foram consultados documentos reguladores da educação e realizada pesquisa bibliográfica, em consulta a autores que discutem a formação de professores, especialmente da educação superior. Como resultado, verificou-se o aumento do número de professores; a ampliação da formação em nível de mestrado e doutorado, especialmente no setor público, com destaque para as instituições federais; e a descentralização dos professores mais bem qualificados das regiões Sul e Sudeste do país.

Palavras-chave: docência universitária; educação superior; mestrado; doutorado.

THE LEVEL OF TRAINING FOR TEACHERS IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: 2010 to 2018

Abstract

This study aims to analyse the level of training of Brazilian higher education teachers in the period from 2010 to 2018. To this end, documentary research was carried out, in consultation with the statistical synopses of the Higher Education Census, released by the National Institute of Studies and Research Educational Programs “Anísio Teixeira”, as well as postgraduate data, published by GeoCapes, from 2010 to 2018. In addition, to support the analysis of the data, educational regulatory documents were consulted and bibliographical research was carried out, in consultation with authors who discuss teacher training, especially in higher education. As a result, there was an increase in the number of teachers; the expansion of training at the master's and doctoral level, especially in the public sector, with emphasis on federal institutions; and the decentralization of the best qualified teachers in the South and Southeast regions of the country.

Keywords: university teaching; higher education; master's; doctorate degree.

EL NIVEL DE FORMACIÓN PARA PROFESORES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: 2010 a 2018

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar el nivel de capacitación de los docentes de educación superior brasileños en el período 2010-2018. Para este fin, se llevó a cabo una investigación documental, en consulta con las sinopsis estadísticas del Censo de Educación Superior, publicado por el Instituto Nacional de Estudios e Investigación. Programas educativos “Anísio Teixeira”, así como datos de

posgrado, publicados por GeoCapes, de 2010 a 2018. Además, para respaldar el análisis de los datos, se consultaron documentos reglamentarios educativos y se realizó una investigación bibliográfica, en consulta con los autores que discuten la formación del profesorado, especialmente en la educación superior. Como resultado, hubo un aumento en el número de maestros; la expansión de la capacitación a nivel de maestría y doctorado, especialmente en el sector público, con énfasis en las instituciones federales; y la descentralización de los maestros mejor calificados en las regiones Sur y Sudeste del país.

Palabras clave: docencia universitaria; educación universitaria; maestría; doctorado.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A docência é um termo que deriva do latim *docens, docentis*, e que significa ação ou resultado de ensinar; ato de exercer o magistério. Na educação básica, essa função é assumida por pedagogos e licenciados, grau acadêmico que habilita para o magistério. Na educação superior, a Lei n. 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 66, estabelece: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, sendo admitido, também, o reconhecimento do notório saber para suprir a exigência dessa titulação (BRASIL, 1996).

Já nos anos 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 10.172 de 2001 para vigorar até 2010, estabeleceu como uma das metas para a educação superior: “Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%” (BRASIL, 2001). Posteriormente, o novo PNE, instituído pela Lei n. 13.005 de 2014 com validade até 2024, estipulou a meta 13, de: “[...] elevar a qualidade da educação superior e ampliar a formação de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”. E, para atingir esse intento, definiu como estratégia: “[...] ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas” (BRASIL, 2014).

Mas não há uma tradição de formação inicial para os docentes da educação superior nas sociedades ocidentais, e o que se vê é a exigência de título de doutor para ingresso nessa carreira a partir dos anos 1980 (SOARES, CUNHA, 2010). Já no Brasil, o requisito do título de doutor apenas foi postulado em 2013, quando foi publicada a Medida Provisória n. 614, alterando a forma de ingresso e a estrutura da carreira docente então em vigor. Posteriormente, essa Medida Provisória foi convertida na Lei n. 12.863 de 2013.

Portanto, o que se nota, como assevera Oliveira (2013), é que, na busca pelo entendimento dos fatores que levam ao aprimoramento da qualidade da educação, atribui-se ao professor uma grande responsabilidade pela tarefa educativa e seus resultados. Com isso, grande importância é dada à sua formação (OLIVEIRA, 2013). Porém, diferentemente do que acontece em relação à formação dos professores da educação básica – nível educacional em relação ao qual há definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2019) – há uma escassez de orientações, marcos regulatórios e, logo, de políticas referentes à profissionalização daqueles que atuam na educação superior.

Tendo isso em vista, este artigo tem como objetivo analisar o nível de formação dos professores da educação superior brasileira no período de 2010 a 2018, e sua importância se justifica pelo fato de que, a maior parte dos marcos regulatórios, assim como pesquisas sobre

formação de professores (BRZEZINSKI, 2002; TARDIF, 2002; AZANHA, 2004; GATTI, 2010, 2014), versam sobre a educação básica e não abrangem a educação superior.

Para tal, foi realizada pesquisa documental, em consulta às sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), e também a dados da pós-graduação, publicados pela GeoCapes, no período de 2010 a 2018. Esses dados foram organizados da seguinte forma: professores por grau de formação; grau de formação por categoria administrativa; grau de formação em mestrado e doutorado por organização acadêmica; grau de formação por região do país; formação em mestrado e doutorado segundo Unidade da Federação (UF); e, por fim, programas de pós-graduação por UF.

Além disso, para amparar a análise dos dados, foram consultados documentos reguladores da educação, especialmente leis e decretos, e realizada pesquisa bibliográfica, em consulta a autores que discutem a formação de professores, sobretudo de nível superior, como: Cunha (2009), Feldkercher (2016), Oliveira (2013), Rivas, Conte e Aguilar (2007), Soares e Cunha (2010), e outros.

DESENVOLVIMENTO

Para a realização deste estudo, partiu-se do levantamento do número total de funções docentes (em exercício e afastados), por grau de formação (sem graduação, com graduação, especialização, mestrado e doutorado), considerando o recorte temporal desta pesquisa, que é de 2010 a 2018. A Tabela 1 apresenta esses dados:

Tabela 1 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) por grau de formação – 2010 a 2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
TOTAL	366.882	378.257	378.939	383.683	396.595	401.299	397.611	392.036	397.893	+8,45%
Sem graduação	388	43	107	18	14	34	20	10	20	-94,85%
Graduação	20.020	16.956	12.161	10.046	8.654	6.982	5.875	4.613	3.982	-80,11%
Especialização	106.036	105.310	100.138	95.022	93.471	88.038	81.290	72.301	66.741	-37,06%
Mestrado	138.526	145.023	147.876	152.750	156.902	160.804	157.405	154.285	156.182	+12,75%
Doutorado	101.912	110.925	118.657	125.847	137.554	145.441	153.021	160.827	170.968	+67,76%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

Os dados revelam que o número total de funções docentes passou de 366.882 para 397.893 de 2010 para 2018, o que representa um crescimento de 8,45%. Porém, o número de professores com os mais baixos níveis de formação – sem graduação, graduação e especialização – diminuiu 94,85%, 80,11% e 37,06%, respectivamente. Por outro lado, aumentou o número de professores com mestrado (12,75%) e com doutorado (67,76%), o que sinaliza a melhoria da qualificação dos docentes das instituições de ensino superior no Brasil.

Porém, é preciso ponderar que o percentual de professores com mestrado continuou quase o mesmo, tendo passado de 37,76% em 2010 para 39,25% em 2018, o que mostra um crescimento de 1,49%. Já em relação ao percentual de doutores a mudança foi mais significativa, visto que os professores com esse nível de formação representavam 27,78% em 2010 e atingiram 42,97% em 2018, o que consiste em um crescimento de 15,19%.

Já quando se observa os níveis mais baixos de qualificação, houve uma queda no número de professores sem graduação (-94,85%), apenas com graduação (-80,11%) e somente com especialização (-37,06%), sendo que, enquanto eles representavam 34,46% em 2010, chegaram a

2018 com uma representatividade de apenas 17,78%. Com esse resultado, a meta 13 do PNE de 2014 (BRASIL, 2014) foi atingida, tendo o percentual de mestres e doutores chegado a 82,22% (e a meta era 75%) e o de doutores a 42,97% (e a meta era 35%) em 2018.

Essa evolução na qualificação dos professores nos níveis de mestrado e doutorado se justifica tanto pela meta supracitada, estabelecida pelo PNE de 2014, como também pelo fato de que a titulação dos professores é um dos componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC)¹, um indicador parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (BRASIL, 2004), que versa sobre a situação dos cursos de graduação no país. Haja vista que resultados insatisfatórios podem levar a medidas corretivas, ou mesmo processos para aplicação de penalidades, as instituições cuidam para que esses indicadores sejam sempre positivos. No mais, um indicador satisfatório acaba sendo uma estratégia de marketing, que leva o curso e, logo, a instituição de ensino, a atrair mais alunos.

Também se entendeu como importante analisar o grau de formação dos docentes por categoria administrativa, como mostra a Tabela 2. Neste ponto, faz-se necessário esclarecer que, consoante o Art. 19 da LDB de 1996, “[...] as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: públicas, privadas e comunitárias” (BRASIL, 1996). Mas, como a categoria comunitária foi incluída como isolada apenas pela Lei n. 13.868 de 2019², e este estudo analisa dados do período de 2010 a 2018, anteriormente a esse marco legal, essa categoria não será considerada.

Tabela 2 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) por categoria administrativa e grau de formação – 2010 a 2018

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
PÚBLICAS	Sem graduação	271	27	95	14	9	20	15	5	9	-96,68%
	Graduação	11.903	11.562	9.732	8.716	7.660	6.452	5.535	4.366	3.766	-68,36%
	Especialização	19.152	20.143	21.754	20.436	19.148	17.787	17.764	15.988	15.058	-21,38%
	Mestrado	41.749	45.278	48.676	50.652	51.009	51.631	50.754	49.579	49.117	17,65%
	Doutorado	67.667	73.805	80.117	86.478	93.266	98.546	104.049	109.604	115.719	71,01%
PRIVADAS	Sem graduação	117	16	12	4	5	14	5	5	11	-90,60%
	Graduação	8.117	5.394	2.429	1.330	994	530	340	247	216	-97,34%
	Especialização	86.884	85.167	78.384	74.586	74.323	70.251	63.526	56.313	51.683	-40,51%
	Mestrado	96.777	99.745	99.200	102.098	105.803	109.173	106.651	104.706	107.065	10,63%
	Doutorado	34.245	37.120	38.540	39.369	44.288	46.895	48.972	51.223	55.249	61,33%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

Quando se analisa o grau de formação docente por categoria administrativa, nota-se que, a despeito de a maior expansão da educação superior ter se dado no setor privado – que concentra 88,2% das instituições, 93,8% das vagas, 83,1% dos ingressantes e 75,4% das matrículas da educação superior brasileira em 2018 (BRASIL, 2018) – a expansão do número de docentes aconteceu sobretudo na rede pública. Na esfera privada, a ampliação do número de professores na educação superior foi de 8,45% considerando o período de 2010 a 2018, ao passo que na rede pública foi de 30,50%. E foi também na rede pública que houve maior crescimento do número de mestres (17,65%) e doutores (71,01%), sendo que na rede privada esse crescimento foi de 10,63% e 61,33%, respectivamente.

¹ O CPC é composto pela nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), pelo Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas.

² Anteriormente à Lei n. 13.868 de 2019, as instituições comunitárias estavam na categoria das instituições privadas.

Em 2010, a rede pública já contava com 77,74% do seu quadro de professores com formação em nível de mestrado e doutorado, enquanto na rede privada os professores com essa formação representavam apenas 35,71% do total. Com a expansão do número e da qualificação dos docentes, a rede pública chegou em 2018 com 89,75% de seu quadro docente formado por doutores, o que representa um crescimento percentual de 12,01%; e a rede privada chegou a um quadro com 40,79% de professores com essa formação, um aumento de 5,08%.

Ainda é preciso destacar que diminuiu o percentual de mestres na rede pública, que passou de 29,66% para 26,74%, o que representa um decréscimo de 2,92%. Porém, os doutores, que representavam 48,08% em 2010, chegaram a 63,00% em 2018, o que significa um aumento de 14,93%, que elevou a qualificação dos docentes dessa categoria administrativa. Já na categoria administrativa privada, o percentual de mestres teve uma pequena elevação no mesmo período, passando de 26,38% em 2010 para 26,91% em 2018, e o percentual de doutores passou de 9,33% para 13,89%, um crescimento da ordem de 4,55%.

Diante disso, o que se vê é que, na rede pública, a primazia continuou sendo o de professores doutores, mas, na sequência, enquanto em 2010 o predomínio era de professores com formação no máximo até especialização, e depois os mestres, em 2018 a hegemonia continua sendo de doutores, mas seguida de mestres, e só depois apareceram os professores com formação até especialização. Isso mostra que, na rede pública, o foco é a formação dos professores nos mais elevados níveis, sobretudo doutorado. Já no setor privado, em 2010 o predomínio era de professores com formação até especialização, seguidos dos mestres e só por último apareciam os doutores. Já em 2018, a preponderância foi de mestres, seguidos de doutores, e por último os com formação de no máximo especialização. Isso revela que, também na rede privada, está havendo um esforço em termos de qualificação do quadro docente.

E considerando apenas as instituições públicas, observa-se o seguinte panorama:

Tabela 3 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) em instituições públicas por grau de formação – 2010 a 2018

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
FEDERAIS	Sem graduação	255	12	84	6	2	10	3	1	3	-98,82%
	Graduação	7.590	7.535	6.436	6.188	5.573	4.791	4.256	3.485	3.056	-59,74%
	Especialização	6.237	6.567	7.215	7.215	7.052	7.082	7.326	7.110	7.160	+14,80%
	Mestrado	24.069	26.484	27.916	29.518	30.251	31.308	31.620	31.468	31.049	+29,00%
	Doutorado	45.292	49.790	53.964	58.449	63.753	67.895	73.018	77.480	82.493	+82,13%
ESTADUAIS	Sem graduação	14	14	10	8	7	10	9	4	6	-57,13%
	Graduação	3.814	3.668	2.850	2.190	1.914	1.505	1.142	804	660	-82,69%
	Especialização	10.068	10.245	9.739	8.585	8.112	8.007	7.824	6.710	5.907	-41,33%
	Mestrado	14.760	15.394	15.642	15.962	16.113	16.907	15.706	15.189	15.106	2,34%
	Doutorado	21.158	22.712	24.253	26.005	27.572	29.075	29.329	30.446	31.503	48,89%
MUNICIPAIS	Sem graduação	2	1	1	0	0	0	3	0	0	-100,00%
	Graduação	499	359	446	338	173	156	137	77	50	-89,98%
	Especialização	2.847	3.331	4.800	4.636	3.984	2.698	2.614	2.168	1.991	-30,07%
	Mestrado	2.920	3.400	5.118	5.172	4.735	3.416	3.428	2.922	2.962	1,44%
	Doutorado	1.217	1.301	1.900	2.024	1.941	1.576	1.702	1.678	1.723	41,58%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

A maior expansão do número de mestres se deu nas instituições federais (29,00%), seguindo de um pequeno crescimento nas instituições estaduais (2,34%) e nas municipais (1,44%). O mesmo se deu com os professores doutores, que tiveram ampliação de 82,13% na rede federal, seguido de 48,89% na estadual e 41,58% na municipal.

A maior qualificação nas instituições federais se deve ao fato de que essa categoria administrativa é formada quase que exclusivamente por universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que,

desde 2013, em razão da aprovação da Lei n. 12.863, preceituam a titulação de doutorado para ingresso na carreira do magistério superior. Portanto, a exigência de formação mínima em nível de doutorado é uma determinação legal, e deve ser obrigatoriamente seguida por essa esfera.

Já as instituições estaduais e municipais de educação superior contam com ordenamentos jurídicos próprios, os quais, por vezes, ainda permitem o ingresso na docência superior apenas com formação em mestrado ou especialização. Ainda, não se pode desconsiderar que algumas dessas instituições têm quadro docente formado em grande parte por professores contratados em regime de trabalho temporário, dos quais não se exige formação em nível de doutorado.

Também foi analisado o número de funções docentes com mestrado e doutorado por organização acadêmica, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) por organização acadêmica e grau de formação mestrado e doutorado – 2010 a 2018

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
Universidades	Total	195.764	203.233	203.295	206.216	212.470	217.218	215.553	214.608	215.496	10,08%
	Mestrado	65.583	67.965	68.422	69.820	70.908	71.855	68.447	66.194	64.603	-1,49%
	Doutorado	80.984	87.135	92.332	97.931	104.793	110.559	115.744	120.958	126.361	56,03%
Centros Universitários	Total	35.440	36.982	38.357	38.852	41.812	42.438	43.931	45.929	52.150	47,15%
	Mestrado	16.645	18.159	19.611	20.176	21.583	22.031	22.897	23.928	27.341	64,26%
	Doutorado	5.597	6.351	6.846	7.294	8.446	9.261	10.016	10.949	13.159	135,11%
Faculdades	Total	126.722	126.819	123.753	123.451	124.907	122.340	116.695	108.371	104.845	-17,26%
	Mestrado	52.140	53.482	53.274	55.168	55.820	57.253	55.394	52.784	52.123	-0,03%
	Doutorado	13.600	15.223	16.567	16.896	19.500	20.065	20.635	20.937	22.039	62,05%
IF e Cefet	Total	8.956	11.223	13.534	15.434	17.406	19.303	21.432	23.128	25.402	183,63%
	Mestrado	4.158	5.417	6.569	7.586	8.591	9.665	10.637	11.379	12.115	191,37%
	Doutorado	1.731	2.216	2.912	3.726	4.815	5.556	6.626	7.983	9.409	443,56%
TOTAL	Total	366.882	378.257	378.939	383.683	396.595	401.299	397.611	392.036	397.893	8,45%
	Mestrado	138.526	145.023	147.876	152.750	156.902	160.804	157.405	154.285	156.182	12,75%
	Doutorado	101.912	110.925	118.657	125.847	137.557	145.441	153.021	160.827	170.968	67,76%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

Nota-se que os IFs e Cefets foram as organizações que mais tiveram ampliados seu número de docentes (183,63%). Na sequência apareceram os centros universitários (47,15%) e as universidades (10,08%). Já nas faculdades houve uma queda de 17,26% no número total de docentes.

O expressivo aumento do número de professores nos IFs e Cefets³ é decorrente da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCTI), pela Lei n. 11.892 de 2008, que também criou os IFs, instituições multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, que, para efeitos regulatórios, equiparam-se às universidades federais. Os centros universitários, por sua vez, que estão em grande parte no setor privado (94,25% em 2018) (BRASIL, 2018), tiveram uma expansão decorrente da própria ampliação do setor, que privilegia a ampliação da oferta com baixo custo. Essas instituições se diferenciam das universidades pelo fato de não precisarem desenvolver pesquisa, de modo que são, essencialmente, instituições de ensino.

Já a ampliação do número de docentes nas universidades se justifica sobretudo pela criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto n. 6.096 de 2007, haja vista que 53,8% das universidades são públicas e, da totalidade de instituições federais, 57,3% correspondem às universidades, que concentram 84,8% das matrículas nessa esfera administrativa. Além disso, apesar de que as universidades representam apenas 7,8% das instituições de educação superior no Brasil, elas

³ A partir da Lei n. 11.892 de 2008, a maioria dos Cefets foi transformado em IFs, restando apenas os Cefets dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

concentram 52,9% do total de matrículas (BRASIL, 2018), o que requer um quadro docente amplo. Por fim, o decréscimo no número de professores nas faculdades pode ser explicado pelo fato de que, apesar de essas instituições representarem 81,5% da totalidade de todas as organizações acadêmicas, elas concentram apenas 22,2% das matrículas e, por isso, demandam menor número de professores (BRASIL, 2018).

Já quando se analisa o aumento do número de mestres por organização acadêmica, verifica-se que a maior expansão se deu também nos IFs e Cefets (191,37%), seguida dos centros universitários (64,26%). Nas universidades e faculdades observou-se uma queda no número de docentes mestres de 1,49% e 0,003%, respectivamente. Ao analisar o número de doutores, a ampliação mais expressiva, de mais de 100%, também foi nos IFs e Cefets e centros universitários, sendo de 443,56% e 135,11%, respectivamente. Mas esse crescimento também foi notado nas faculdades (62,05%) e universidades (56,03%).

Mas, quando se compara o percentual de mestres e doutores que havia nessas organizações em 2010 e 2018, a maior ampliação percentual de mestres foi nas faculdades, que passaram de 41,15% do total de seu quadro de professores com mestrado para 49,71%, um crescimento de 8,57%; e a maior expansão de doutores foi nas universidades, que tinham 41,37% de professores com essa formação em 2010 e chegaram a 58,64%, o que significa um crescimento de 17,27%.

A ampliação do percentual de mestres e doutores nos IFs e de doutores nas universidades se justifica pelo fato de que, com a aprovação da Lei n. 12.863 de 2013, passou-se a exigir título de doutor para ingresso na carreira do magistério superior da esfera federal, título este que apenas poderá ser substituído pelo de mestre, especialista ou graduação “[...] quando se tratar de provimento para área do conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor” (BRASIL, 2013, art. 8º, §3º).

Já a ampliação do percentual de doutores nas faculdades se deve ao fato de que, as instituições credenciadas inicialmente como faculdades, para que consigam o credenciamento como centros universitários, necessitam ter padrão satisfatório de qualidade, e passam a ter que manter um terço de seu corpo docente de mestres e doutores. Portanto, esse crescimento do número de doutores nessas instituições é decorrente do interesse que muitas têm de deixar de ser instituições não universitárias e se tornarem centros de ensino maiores, e que podem ter campus fora de sede no âmbito do estado. Trata-se, pois, de uma alternativa para expandir a rede de atendimento.

O estudo também levou em consideração o nível de formação dos professores por região do país.

Tabela 5 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) por grau de formação, segundo a região do país – 2010 a 2018

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
Norte	Sem graduação	138	4	3	0	0	0	3	1	2	-98,55%
	Graduação	1.345	1.194	1.099	1.057	763	576	578	499	556	-58,66%
	Especialização	8.997	8.941	8.872	8.042	7.886	7.406	6.981	6.479	6.003	-33,28%
	Mestrado	8.560	9.240	9.772	9.869	10.768	10.927	10.878	10.939	11.248	31,40%
	Doutorado	3.970	4.679	5.109	5.292	6.180	6.750	7.454	8.214	9.124	129,82%
Nordeste	Sem graduação	34	8	82	2	2	15	5	2	3	-91,18%
	Graduação	6.014	5.019	3.232	3.231	2.784	2.111	1.864	1.211	1.199	-80,06%
	Especialização	23.380	23.488	22.519	21.871	20.682	19.506	18.097	16.188	15.460	-33,88%
	Mestrado	28.221	30.399	31.266	33.837	34.490	35.891	35.754	35.425	36.965	30,98%
	Doutorado	17.237	19.285	21.408	23.958	26.464	29.078	31.047	33.731	36.872	113,91%
Sudeste	Sem graduação	33	17	13	14	9	9	9	5	13	-60,61%
	Graduação	8.057	6.786	4.330	2.850	2.406	2.008	1.725	1.411	1.273	-84,20%
	Especialização	44.820	44.342	41.728	39.206	38.769	36.721	32.979	28.773	26.278	-41,37%
	Mestrado	61.486	63.195	63.496	64.203	66.085	67.483	64.897	62.880	63.456	3,20%

	Doutorado	53.690	57.477	59.811	62.103	66.790	69.065	71.099	73.130	76.256	42,03%
Sul	Sem graduação	22	5	7	1	1	5	2	2	1	-95,45%
	Graduação	2.906	2.327	1.764	1.402	1.260	1.069	780	642	536	-81,56%
	Especialização	17.217	17.146	16.567	16.152	16.223	15.110	13.883	12.535	11.117	-35,43%
	Mestrado	28.627	29.798	30.789	31.650	32.063	32.349	31.425	30.815	29.852	4,28%
	Doutorado	19.491	21.105	23.090	24.595	26.995	28.741	30.682	32.311	34.237	75,66%
Centro-Oeste	Sem graduação	161	9	2	1	2	5	1	0	1	-99,38%
	Graduação	1.698	1.630	1.736	1.506	1.441	1.218	928	850	418	-75,38%
	Especialização	11.622	11.393	10.452	9.751	9.911	9.295	9.350	8.326	7.883	-32,17%
	Mestrado	11.632	12.391	12.553	13.191	13.496	14.154	14.451	14.226	14.663	26,06%
	Doutorado	7.524	8.379	9.239	9.899	11.125	11.807	12.739	13.441	14.479	92,44%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

Primeiramente, é preciso registrar que a maior ampliação no número de docentes se deu na região Nordeste (20,85%), seguida do Norte (17,05%), do Centro-Oeste (14,73%) e do Sul (10,96%). A região Sudeste, por sua vez, apresentou uma queda de 0,48% no número de docentes nas instituições de educação superior.

Em 2010, a região com maior percentual de mestres era a Sul (41,94%) e a menor a Centro-Oeste (35,64%); em 2018, a região com maior percentual de mestres passou a ser a Norte (41,86%) e a menor a Sudeste (37,83%). Já em relação ao percentual de doutores a região que despontava em 2010 era a Sudeste (31,94%) e a que possuía menor percentual era o Norte (17,25%); em 2018 o Sudeste manteve a hegemonia em relação ao percentual de doutores (45,59%) e a região Norte também continuou tendo o menor percentual de professores com essa qualificação (33,88%).

A despeito disso, a região que mais ampliou o número de professores com mestrado foi o Norte (31,40%), seguido do Nordeste (30,98%), do Centro-Oeste (26,06%), do Sul (4,28%) e do Sudeste (3,20%). O número de professores com doutorado foi ampliado nessa mesma ordem: Norte (129,82%), seguido do Nordeste (113,91%), do Centro-Oeste (92,44%), do Sul (75,66%) e do Sudeste (42,03%).

Já quando se compara o percentual de professores com mestrado em 2010 e 2018, a região que apresentou maior crescimento também foi o Norte, que passou de 37,20% de professores mestres para 41,76%, um aumento de 4,56%. Já o Nordeste teve a maior ampliação percentual de professores doutores, que representavam 23,02% em 2010 e chegaram a 40,74% em 2018, um aumento de 17,73%.

Essa expansão do percentual de mestres e doutores em regiões que não o Sudeste e o Sul do país estão em consonância com o previsto no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) de 2010, que coloca que

[...] as assimetrias regionais constatadas no sistema nacional de pós-graduação vêm sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução. Um bom exemplo disso é o procedimento dos fundos setoriais, que destina 30% dos seus recursos às políticas científicas e de pós-graduação para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Do mesmo modo, ações indutoras vêm sendo postas em prática, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre áreas de conhecimento; ao mesmo tempo em que buscam incentivar a criação, o fortalecimento ou a expansão do sistema de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional (CAPES, 2010, p. 145).

Além disso, a meta do PNE de 2014 de elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação tem como uma de suas estratégias a interiorização da oferta dos cursos, visto que propõe: “[...] ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de

doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas” (BRASIL, 2014).

Já analisando a formação dos docentes em nível de mestrado e doutorado por unidade da federação tem-se o seguinte panorama:

Tabela 6 – Número total de funções docentes (em exercício e afastados) por grau de formação mestrado e doutorado, segundo a Unidade da Federação – 2010 a 2018

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
Rondônia	Total	2.827	2.881	2.836	3.000	3.131	3.016	3.155	3.168	3.267	15,56%
	Mestrado	1.055	1.038	1.074	1.125	1.222	1.231	1.253	1.329	1.403	32,99%
	Doutorado	325	351	413	445	510	543	633	663	811	149,54%
Acre	Total	1.014	1.178	1.210	1.326	1.383	1.532	1.677	1.680	1.627	60,45%
	Mestrado	382	426	429	503	522	568	618	592	600	57,07%
	Doutorado	187	261	278	272	306	403	448	514	549	193,58%
Amazonas	Total	5.692	5.795	6.392	5.486	5.684	5.711	5.528	5.499	5.453	-4,20%
	Mestrado	2.277	2.439	2.706	2.409	27	2.619	2.531	2.572	2.394	5,14%
	Doutorado	927	1.053	1.242	1.165	1.410	1.492	1.528	1.687	1.781	92,13%
Roraima	Total	1.091	1.219	1.241	1.302	1.265	1.251	1.281	1.212	1.205	10,45%
	Mestrado	413	480	518	563	595	577	568	554	526	27,36%
	Doutorado	156	201	227	245	275	313	386	402	460	194,87%
Pará	Total	7.936	8.410	8.647	8.543	9.111	9.167	8.870	9.300	9.810	23,61%
	Mestrado	3.069	3.371	3.621	3.691	4.085	4.080	3.905	3.915	4.159	35,52%
	Doutorado	1.859	2.197	2.270	2.383	2.742	2.963	3.239	3.647	4.023	116,41%
Amapá	Total	1.153	1.290	1.393	1.366	1.540	1.605	1.845	1.873	1.943	68,52%
	Mestrado	374	414	445	495	547	655	731	736	792	111,76%
	Doutorado	101	124	134	172	244	263	312	331	391	287,13%
Tocantins	Total	3.297	3.285	3.136	3.237	3.483	3.377	3.538	3.400	3.628	10,04%
	Mestrado	1.017	1.072	979	1.083	1.170	1.197	1.272	1.241	1.374	35,10%
	Doutorado	415	492	545	610	693	783	908	970	1.109	167,23%
Maranhão	Total	5.402	5.947	5.952	6.477	6.616	7.212	7.759	7.264	7.920	46,61%
	Mestrado	1.868	2.044	2.088	2.560	2.460	2.905	3.052	2.984	3.363	80,03%
	Doutorado	844	928	1.094	1.383	1.512	1.707	1.922	2.078	2.355	179,03%
Piauí	Total	7.136	6.922	6.208	6.279	5.749	6.274	6.061	5.829	6.159	-13,69%
	Mestrado	2.125	2.194	2.389	2.439	2.436	2.660	2.658	2.469	2.630	23,76%
	Doutorado	775	903	1.061	1.119	1.231	1.477	1.641	1.905	2.067	166,71%
Ceará	Total	9.451	9.805	10.062	11.346	11.256	11.926	12.491	13.089	13.452	42,33%
	Mestrado	4.178	4.469	4.591	5.295	5.262	5.487	5.767	5.875	5.878	40,69%
	Doutorado	2.245	2.529	2.844	3.262	3.583	3.986	4.448	5.051	5.418	141,34%
Rio Grande do Norte	Total	6.573	6.786	6.804	7.319	7.440	7.631	7.554	7.238	7.348	11,79%
	Mestrado	2.288	2.444	2.549	2.768	2.768	2.815	2.683	2.556	2.615	14,29%
	Doutorado	2.004	2.172	2.340	2.561	2.762	3.001	3.161	3.372	3.501	74,70%
Paraíba	Total	8.574	8.494	8.715	9.337	9.746	9.817	9.687	9.579	10.327	20,45%
	Mestrado	3.521	3.577	3.659	3.812	3.961	3.861	3.577	3.648	4.049	15,00%
	Doutorado	2.539	2.839	3.080	3.594	3.851	4.192	4.309	4.607	5.042	98,58%
Pernambuco	Total	12.226	13.203	13.450	13.884	13.872	14.299	14.341	14.289	14.756	20,69%
	Mestrado	4.773	5.044	5.353	5.622	5.748	5.929	5.868	5.779	5.879	23,17%
	Doutorado	3.370	3.616	3.924	4.155	4.646	5.091	5.489	5.768	6.124	81,72%
Alagoas	Total	4.396	4.645	4.854	4.753	5.120	4.934	5.082	5.024	5.183	17,90%
	Mestrado	1.401	1.714	1.766	1.861	2.076	2.054	2.144	2.062	2.099	49,82%
	Doutorado	756	954	1.173	1.198	1.330	1.374	1.527	1.684	1.868	147,09%
Sergipe	Total	2.835	3.030	3.310	3.686	3.607	3.821	3.867	3.889	3.823	34,85%
	Mestrado	974	1.103	1.308	1.490	1.458	1.534	1.575	1.519	1.438	47,64%
	Doutorado	849	928	1.039	1.257	1.356	1.491	1.587	1.716	1.804	112,49%
Bahia	Total	18.293	19.367	19.152	19.818	21.016	20.687	19.925	20.356	21.531	17,70%
	Mestrado	7.093	7.810	7.563	7.990	8.321	8.646	8.430	8.533	9.014	27,08%
	Doutorado	3.855	4.416	4.853	5.429	6.193	6.759	6.963	7.550	8.693	125,50%
Minas Gerais	Total	41.619	42.377	43.145	42.327	43.979	44.636	44.296	43.488	44.618	7,21%
	Mestrado	16.058	16.412	17.033	17.324	17.553	18.251	17.854	17.269	17.591	9,55%
	Doutorado	10.675	11.734	12.640	13.614	15.208	15.859	16.791	17.703	18.979	77,79%
Espírito Santo	Total	6.963	7.056	7.084	7.002	7.156	7.237	7.203	6.955	7.138	2,51%
	Mestrado	2.915	3.001	3.207	3.185	3.220	3.285	3.168	2.995	3.101	6,38%
	Doutorado	1.588	1.807	1.987	2.081	2.265	2.284	2.467	2.542	2.748	73,05%
Rio de Janeiro	Total	34.273	34.752	33.954	32.378	32.945	33.960	33.420	35.844	32.717	-4,54%
	Mestrado	12.497	12.561	12.550	12.018	12.031	12.267	11.815	11.487	11.325	-9,38%
	Doutorado	12.600	13.313	13.768	14.023	14.960	15.849	16.363	16.675	17.181	36,36%
São Paulo	Total	85.231	87.632	85.195	86.669	89.979	89.453	85.790	82.912	82.801	-2,85%
	Mestrado	30.016	31.221	30.706	31.676	33.281	33.680	32.060	31.129	31.437	4,73%

	Doutorado	28.827	30.623	31.416	32.385	34.357	35.073	35.479	36.210	37.348	29,56%
Paraná	Total	27.599	28.569	30.114	30.071	31.009	31.128	30.700	30.421	30.261	9,65%
	Mestrado	11.439	11.842	12.564	12.699	12.745	12.763	12.377	12.067	11.874	3,80%
	Doutorado	7.567	8.171	9.056	9.486	10.521	11.237	11.980	12.549	13.378	76,79%
Santa Catarina	Total	16.889	17.773	17.593	18.486	19.359	19.671	19.511	19.615	19.355	14,60%
	Mestrado	6.946	7.367	7.562	7.947	8.058	8.355	8.240	8.362	8.126	16,99%
	Doutorado	3.704	4.095	4.531	4.889	5.396	5.722	6.166	6.702	7.162	93,36%
Rio Grande do Sul	Total	23.775	24.039	24.510	25.243	26.174	26.475	26.561	26.269	26.127	9,89%
	Mestrado	10.242	10.589	10.663	11.004	11.260	11.231	10.808	10.386	9.852	-3,81%
	Doutorado	8.220	8.839	9.503	10.220	11.078	11.782	12.536	13.060	13.697	66,63%
Mato Grosso do Sul	Total	4.409	4.888	4.851	5.049	5.551	5.731	5.948	5.899	6.032	36,81%
	Mestrado	1.758	1.863	1.838	2.028	2.198	2.251	2.317	2.230	2.275	29,41%
	Doutorado	1.312	1.436	1.501	1.620	1.852	2.133	2.339	2.482	2.697	105,56%
Mato Grosso	Total	6.570	6.799	6.603	6.368	7.822	7.872	8.057	8.081	8.550	30,14%
	Mestrado	2.062	2.358	2.404	2.484	2.729	2.870	2.914	2.945	3.285	59,31%
	Doutorado	1.234	1.445	1.532	1.702	2.316	2.210	2.320	2.451	2.748	122,69%
Goiás	Total	12.752	13.445	13.146	13.315	13.510	13.559	13.934	13.376	13.625	6,85%
	Mestrado	4.553	4.883	4.968	5.149	5.228	5.556	5.748	5.616	5.767	26,66%
	Doutorado	2.277	2.544	2.808	3.085	3.446	3.710	4.089	4.352	4.733	107,86%
Distrito Federal	Total	8.906	8.670	9.382	9.616	9.092	9.317	9.530	9.487	9.237	3,72%
	Mestrado	3.279	3.287	3.343	3.530	3.341	3.477	3.472	3.435	3.336	1,74%
	Doutorado	2.701	2.954	3.398	3.492	3.511	3.754	3.991	4.156	4.301	59,24%

Fonte: Brasil/MEC/Inep (2010-2018). Elaborado pela autora.

É preciso dizer que algumas unidades da federação tiveram seu número de professores na educação superior reduzido, como foi o caso de Piauí (-13,69%), Rio de Janeiro (-4,54%), Amazonas (-4,20%) e São Paulo (-2,85%). Já outras unidades tiveram uma ampliação expressiva do número de docentes, ultrapassando 40%, como foi o caso do Amapá (68,52%), Acre (60,45%), Maranhão (46,61%) e Ceará (42,33%).

Quando se analisa especificamente a formação em nível de mestrado, observa-se que o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul tiveram redução do número de docentes com essa formação, de 9,38% e 3,81%, respectivamente. Já quando se compara o percentual de mestres em 2010 e 2018, sete unidades da federação tiveram redução nesse percentual: Rio Grande do Sul (-5,37%), Paraná (-2,21%), Mato Grosso do Sul (-2,16%), Paraíba (-1,86%), Rio de Janeiro (-1,85%), Acre (-0,79%) e Distrito Federal (-0,70%). Já as unidades da federação que mais tiveram o número de mestres ampliado foram: Amapá (111,76%), Maranhão (80,03%), Mato Grosso (59,31%), Acre (57,07%), Alagoas (49,82%), Sergipe (47,64%) e Ceará (40,69%). E em comparação com 2010, as unidades da federação que mais apresentaram crescimento no percentual de docentes mestres em 2018 foram: Piauí (12,92%), Alagoas (8,63%), Amapá (8,32%), Maranhão (7,88%) e Tocantins (7,03%).

Ao analisar a formação em nível de doutorado, nenhuma das unidades da federação apresentou redução do número de professores com essa formação e apenas duas tiveram ampliação menor que 50%, como foi o caso do Rio de Janeiro (36,36%) e de São Paulo (29,56%). E nenhuma unidade da federação apresentou em 2018 percentual de doutores menor que em 2010. Do total, 15 unidades se destacaram com ampliação do número de doutores acima de 100%, sendo elas as seguintes: Amapá (287,13%), Roraima (194,87%), Acre (193,58%), Maranhão (179,03%), Tocantins (167,23%), Piauí (166,71%), Rondônia (149,54%), Alagoas (147,09%), Ceará (141,34%), Mato Grosso (122,69%), Pará (116,41%), Bahia (125,50%), Sergipe (112,49%), Goiás (107,86%) e Mato Grosso do Sul (105,56%). E as que mais tiveram o percentual de seu quadro de professores com doutorado ampliado em comparação com 2010, acima de 20%, foram Roraima (23,88%) e Piauí (22,70%), e a menor ampliação se deu em São Paulo (11,28%).

Como se vê, todos os estados que apresentaram maior ampliação do número de doutores estão localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Isso mostra que as

políticas que se voltaram para a interiorização da oferta da pós-graduação, em consonância com a ampliação e interiorização da graduação, tiveram efeito positivo, tanto no que se refere à ampliação do número de mestres e doutores, como no que diz respeito à inserção desses profissionais altamente qualificados na docência superior brasileira.

Portanto, essa ampliação da formação dos docentes, sobretudo em nível de doutorado, tem íntima relação com a ampliação e interiorização do número de programas de pós-graduação no Brasil, como se vê na Tabela 7:

Tabela 7 – Número total de programas de pós-graduação no Brasil, mestrado e doutorado, por unidade da federação – 2000 a 2018

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
BRASIL	766	1.063	1.453	1.563	1.664	2.045	2.061	2.087	2.106	2.138	2.186	185,38%
Acre	0	0	0	0	0	2	2	3	3	3	3	300,00%
Alagoas	3	3	3	5	5	8	8	9	9	10	11	266,67%
Amazonas	4	8	18	20	20	20	20	20	21	21	21	425,00%
Amapá	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
Bahia	15	23	43	49	55	69	70	70	71	72	77	413,33%
Ceará	10	17	34	40	43	52	53	53	53	55	57	470,00%
Distrito Federal	19	36	57	61	67	70	70	72	72	73	74	289,47%
Espírito Santo	3	5	13	15	18	29	29	29	29	29	31	933,33%
Goiás	1	7	18	19	20	36	36	36	36	36	39	3800,00%
Maranhão	0	1	3	5	6	8	8	8	8	8	8	800,00%
Minas Gerais	61	96	137	151	162	203	205	206	208	213	218	257,38%
Mato Grosso do Sul	0	2	9	10	12	24	24	25	26	26	26	2600,00%
Mato Grosso	0	1	4	6	7	17	17	17	17	17	17	1700,00%
Pará	6	12	20	25	26	41	41	43	43	43	46	666,67%
Paraíba	8	14	20	26	31	38	38	40	40	41	42	425,00%
Pernambuco	27	43	60	62	62	74	74	74	74	76	79	192,59%
Piauí	0	0	1	3	3	8	8	8	8	8	11	1100,00%
Paraná	23	43	88	98	109	148	149	149	150	156	161	600,00%
Rio de Janeiro	128	171	212	227	238	265	269	274	276	276	277	116,41%
Rio Grande do Norte	7	12	22	25	27	37	37	37	39	40	43	514,29%
Rondônia	0	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	300,00%
Roraima	0	0	0	0	0	1	1	2	2	2	2	200,00%
Rio Grande do Sul	74	109	146	154	166	214	217	220	225	227	232	213,51%
Santa Catarina	18	32	52	54	62	77	77	77	78	79	80	344,44%
Sergipe	0	1	7	7	7	15	16	16	18	18	18	1800,00%
São Paulo	359	426	483	498	514	580	583	590	591	600	604	68,25%
Tocantins	0	0	1	1	2	5	5	5	5	5	5	500,00%

Fonte: GeoCapes (2010-2018). Elaborado pela autora (2020).

No país, de 2010 a 2018, houve uma ampliação de 185,38% no número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado e doutorado, o que está em consonância com o que estabelece a meta 14 do PNE de 2014: “[...] elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores” (BRASIL, 2014).

Em todas as unidades da federação, houve uma ampliação expressiva do número de programas, com destaque para cinco, que tiveram crescimento do número de cursos superior a 1000%, como foi o caso de: Goiás (3800%), Mato Grosso do Sul (2600%), Sergipe (1800%), Mato Grosso (1700%) e Piauí (1100%). Já a unidade que apresentou menor crescimento, a única abaixo de 100%, foi São Paulo (68,25%).

Também é importante dizer que, em 2010, apenas no estado de São Paulo estavam concentrados 46,87% dos programas de pós-graduação do país, e todas as unidades da federação da região Sudeste continham 71,93% dos programas. Já em 2018, apesar de a região Sudeste ainda concentrar 51,69% do total de programas e apenas o estado de São Paulo 27,63% deles, houve uma maior distribuição do número de programas por região, de modo que o Norte passou de 1,31% para 3,71%, o Centro-Oeste de 2,61% para 7,14%, o Nordeste de 9,14% para 15,83% e

o Sul de 15,01% para 21,64%. Portanto, tem-se um cenário de descentralização da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* das regiões Sul e Sudeste, o que contribui fortemente para a redução das assimetrias regionais em termos de acesso à formação em nível superior, de qualificação de quadro de pessoal, e, conseqüentemente, de acessos aos bens culturais, sociais e econômicos do país.

Nesse aspecto, é importante refletir que:

Os programas de pós-graduação, locus privilegiado dessa formação, tendem a priorizar a condução de pesquisa, tornando-se responsável, mesmo que não intencionalmente, por perpetuar a crença de que, para ser docente, basta dominar o conteúdo ou, no caso do ensino superior, ser um bom pesquisador (RIVAS, CONTE, AGUILAR, 2007, p. 8).

Na mesma direção, Cunha (2009) adverte que o que concede prestígio na educação superior não são necessariamente os saberes relacionados à docência, mas as competências relativas ao campo da pesquisa, que não incorpora a dimensão pedagógica.

No propósito de tentar garantir, mesmo que minimamente, uma formação de caráter pedagógico aos estudantes da pós-graduação, em 1999, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Ofício Circular n. 28, tornou obrigatório o estágio de docência para todos seus bolsistas em nível de mestrado e doutorado, o que ainda está em vigor. E como assinala Feldkercher (2016), há programas que incluem em suas grades curriculares disciplinas sobre metodologia ou outras questões pedagógicas, mas com uma carga horária que não dá conta dessa formação didática e pedagógica do profissional que está sendo formado. Portanto, essas medidas se mostram insuficientes para suprir a ausência ou limitação da formação pedagógica dos mestres e doutores que, em grande número, exercerão a função de docentes na educação superior brasileira.

Além disso, há outros agravantes, como é o caso da progressão na carreira acadêmica, que privilegia a produção intelectual em detrimento das atividades de ensino, mesmo esta sendo a principal função docente (FELDKERCHER, 2016). E outro ponto que merece nota nesta discussão sobre a formação do professor da educação superior é que, como destaca Cunha (2009), historicamente ele possuiu uma profissão paralela (médico, dentista, farmacêutico, advogado, contador e outras), que exercia ou continua a exercer, caso não trabalhe no regime de dedicação exclusiva.

Diante disso, entende-se que a qualificação de alto nível é apenas um dos aspectos que envolvem a formação do docente da educação superior, mas que pode mascarar fragilidades, limitações. Portanto, há muitos outros aspectos dessa formação que merecem ser investigados, problematizados, colocados em discussão, tanto por pesquisadores da Educação e da formação de professores, como por gestores educacionais de todas as esferas de atuação, desde as próprias instituições de ensino até as elevadas esferas do governo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar o nível de formação dos professores da educação superior brasileira no período de 2010 a 2018, e, como primeiro resultado, verificou-se um crescimento no número total de docentes no Brasil, especialmente os com maior qualificação, em nível de mestrado e doutorado.

Constatou-se que o maior crescimento do número de mestres e doutores no período analisado se deu na rede pública, apesar de que, essa esfera administrativa passou a contar com menor percentual de mestres, em razão da elevação do seu percentual de doutores. Já no setor privado, o maior crescimento percentual foi o de mestres, que passaram a representar a maior qualificação dos professores dessas instituições, lugar antes ocupado por professores apenas com graduação ou especialização.

O estudo também mostrou que, no setor público, são as instituições federais que possuem o quadro de professores mais bem qualificados. E, quando se trata da organização acadêmica das instituições, mesmo que a maior ampliação do número de mestres e doutores tenha ocorrido nos IFs e Cefets, quando se compara os resultados de 2010 e 2018, observa-se que a maior ampliação dos professores com mestrado ocorreu nas faculdades, e de docentes com doutorado nas universidades.

Também ficou evidente que, em decorrência das políticas voltadas para a expansão e interiorização da educação superior brasileira – graduação e pós-graduação – houve uma mudança de cenário na qualificação dos professores. As regiões que mais ampliaram seus números de docentes com mestrado e doutorado foram, respectivamente, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Com isso, o maior percentual de mestres que em 2010 estava concentrado na região Sul, em 2018 passou a predominar no Norte do país. Todavia, o Sudeste continuou com o domínio de professores doutores na educação superior. De todo modo, não se pode negar que houve uma descentralização da formação *stricto sensu*, bem como da qualificação docente do Sul e Sudeste do país.

Por fim, traçado esse cenário, acredita-se que, para além dos números referentes à qualificação dos docentes da educação superior, que sinalizam avanços, é preciso pensar na qualidade da formação que é ofertada, bem como no seu caráter pedagógico (ou falta dele). Afinal, a docência na educação superior requer mais que professores pesquisadores; mas daqueles que sejam envolvidos e preocupados com sua principal função, que é o ensino.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 369-378, maio/ago. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 29 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação – 2010-2018*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 20 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 15 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 12.863, de 24 de setembro de 2013*. Altera a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis n. 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2013/Lei/L12863.htm. Acesso em 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória. *Medida Provisória n. 614, de 14 de maio de 2013*. Altera a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei n. 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-614-14-maio-2013-775966-publicacaooriginal-139792-pe.html>. Acesso em 20 dez. 2019.

BRZEZINSKI, Iria. *Profissão Professor: Identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Volume 1. Brasília: Capes, 2010.

CUNHA, Maria Isabel. O lugar da formação do professor universitário: o espaço da pós-graduação em Educação em questão. *Revista Diálogo Educacional*, v. 9, n. 26, p. 81-90, jan./abr. 2009.

FELDKERCHER, Nadiane. Docência universitária: o professor universitário e sua formação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 223-247, maio/ago. 2016.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisa e políticas educacionais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014.

GEOCAPES. *Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil – 2010-2018*. Disponível em <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em 15 dez. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização? *Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 51-74, mai./ago. 2013.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha; CONTE, Karina de Melo; AGUILAR, Gabriella Meier. Novos espaços formativos na universidade: desafios e perspectivas para a docência superior. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007, Águas de Lindoia. *Anais [...]*. Águas de Lindoia: Unesp, 2007.

SOARES, Sandra Regina; CUNHA, Maria Isabel. *Formação do professor – a docência universitária em busca de legitimidade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Submetido em março de 2020

Aprovado em março de 2021

Informações da autora

Chaiane de Medeiros Rosa

Universidade Federal de Goiás

E-mail: chaiane@ufg.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8609-3487>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3660623009705270>